



**ACÓRDÃO Nº832/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11577/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Júlio Chagas de Pinto Mattos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1357/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV. Exercício de 2020.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Considerar revel** o Sr. **Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Diretor-Presidente do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira - FAPENV e Ordenador de Despesa, à época, nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº. 2423/1996, c/c o artigo 88 da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

**10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira - FAPENV, de responsabilidade do Sr. **Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Diretor-Presidente do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira - FAPENV e Ordenador de Despesa, à época, nos termos dos arts. 18, II, da LC nº. 06/1991, c/c o art. 1º, II, art. 22, III, “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

**10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Diretor-Presidente do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira - FAPENV e Ordenador



**ACÓRDÃO Nº832/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

de Despesa, à época, no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), por atos irregulares de que não resulte débito ao erário, com fulcro no art. 54, III, “b”, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 308, III da Resolução nº. 04/2002, em razão das impropriedades discriminadas no item referente ao Alcance imputado fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Determinar à Origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite reincidir nas impropriedades relacionadas na fundamentação do Voto, corrigindo-as em futuras prestações de contas, quais sejam:

- 10.4.1.** Não houve recenseamento previdenciário com periodicidade não superior a cinco anos (art. 9º, II, da Lei nº 10.887/04 e art. 15, II, da ON SPPS/MPS nº 02/09);
- 10.4.2.** Não houve a comprovação de que segurados tiveram acesso às informações da gestão do RPPS (art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, VIII, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 12 da Portaria MPS nº 402/08);
- 10.4.3.** Não foi emitido Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP pelo Ministério da Previdência Social – MPS ao RPPS (art. 7º, da Lei nº 9.717/98, art. 1º do Decreto nº 3.788/01 e art. 5º da Portaria MPS nº 204/08);
- 10.4.4.** O RPPS não possui Sistema de Controle Interno como determinado pelo art. 74 da CF/88, se emitiu relatório sobre as contas, se existe alguma manifestação ou parecer de auditoria, ou se foi omissa;



**ACÓRDÃO Nº832/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.4.5.** O repasse das contribuições patronal ao RPPS, NÃO está de acordo com a legislação municipal e federal (art. 1º, II, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, I, “a”, “b” e “c”, da Portaria MPS nº 204/08), conforme Planilha das contribuições previdenciárias e dos repasses (Anexo II);
- 10.4.6.** Não houve parcelamento das contribuições de acordo com a legislação municipal e federal (art. 1º, II, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, I, “d”, Portaria MPS nº 204/08 e arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402/08);
- 10.4.7.** Não foram enviados todos os processos de aposentadoria e pensão concedidos no período ao Tribunal de Contas (art. 71, III, da CF/88 e da Resolução TCE/AM nº 02, de 02/04/14);
- 10.4.8.** Não houve encaminhamento do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR do RPPS ao MPS (art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, XVI, “d”, Portaria MPS nº 204/08 e art. 22 da Portaria MPS nº 402/08);
- 10.4.9.** Não houve envio do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA (art. 5º, XVI, “b” e §6º, I, da Portaria MPS nº 204/08; arts. 8º e 9º, arts. 23 e 24 da Portaria MPS nº 403/08 e art. 3º, “d” da Resolução TCE/AM nº 08/11);
- 10.4.10.** Não foi realizada atuarial inicial e em cada balanço (art. 1º, I, da Lei nº 9.717/98);
- 10.4.11.** A alíquota estipulada na avaliação atuarial não está sendo observada, de acordo com o art. 22 da ON SPPS/MPS nº 02/09;
- 10.4.12.** A avaliação atuarial foi assinada por atuário (art. 5º, “d”, do Decreto Lei nº 806/69 e art. 8º do Decreto nº 66.408/70);
- 10.4.13.** Não houve solicitação de compensação previdenciária junto ao INSS (art. 4º da Lei nº 9.769/99, art. 1º do Decreto nº 3.112/99 e art. 1º da Portaria MPS nº 6.209/99).
- 10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do art. 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 31 de Maio de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Fls. N° \_\_\_\_\_

Pág. 4

## LJSR/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM